



PODER EXECUTIVO

CARLOS DE FRANÇA VILELA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA
VICE-PREFEITO

GILDA FÁTIMA DE OLIVEIRA SILVA BALTAR
SECRETÁRIA CHEFE DE GABINETE

CARLOS ALBINO PIRES DE ANDRADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGICOS

ROGÉRIO DE LIMA MONTEIRO
SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS E GESTÃO DE CONVÊNIOS

CARLOS EDUARDO AFONSO DE LIMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

AIR DE ABREU
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ERALDO NILTON DE CARVALHO
SECRETARIA MUN. DE GOVERNO

MARCOS VALÉRIO ALVES ROSA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

ANDRÉ PEREIRA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FÁBIO CRISTIANO DA SILVA
SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIS CLAUDIO SERENO DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÓMICO

LÍVIA GUEDES SIMÕES
SECRETARIA MUN. DE SAÚDE

LENINE RODRIGUES LEMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARCELO DE JESUS TEIXEIRA LESSA
SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO

ABÍLIO CARDOSO FARIA
SECRETARIA MUN. DE DESENV. RURAL E AGRICULTURA

ANDRÉ SOARES BIANCHE (Respondendo)
SECRETARIA MUN. DE URBANISMO

JOSE CARLOS LEAL NOGUEIRA
SECRETARIA MUN. DO AMBIENTE E DEFESA DOS ANIMAIS

JOÃO PEDRO LEMOS
SECRETARIA MUN. DE OBRAS

ALEXANDER RIBOURA DORNELLAS
SECRETARIA MUN. DE HABITAÇÃO

ROGÉRIO LOPES BRANDI
SECRETARIA MUN. DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ELTON TEIXEIRA ROSA DA SILVA
SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARLOS ROBERTO DE MORAES
SECRETARIA MUN. DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

MARICEIA PELUZIO ARAGÃO GOMES (Respondendo)
SECRETARIA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE

DAVI BRASIL CAETANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

ELIAS JOSÉ DA CRUZ
SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

ALLAN TAVARES PERFEITO
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

JULIO CESAR ALMEIDA COIMBRA
SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER

RAFAEL ROSEMBERG COELHO DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

MARCELO DA SILVA FERNANDES
PREVIQUEIMADOS

CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO	
Atos do Prefeito	2
Atos do Secretário Municipal de Administração	2
Atos da Secretária Municipal de Saúde	2
Ato Conjunto do Secretário Municipal de Transporte e Trânsito e do Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública	3
Atos do Conselho Municipal de Saúde	3
Atos do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	3
Atos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	8

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	
Atos do Presidente	8

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DOS VEREADORES

MILTON CAMPOS ANTONIO PRESIDENTE

ADRIANO MORIE
ALCINEI DUARTE DE OLIVEIRA
ANTONIO CHRISPE DE OLIVEIRA
ANTONIO DE ALMEIDA
ELERSON LEANDRO ALVES
FÁTIMA CRISTINA DIAS SANCHES
GABRIELA LYCURGO CHERNICHARO
GETÚLIO DE MOURA
JACKSON PINTO DA SILVA
JULIO CESAR REZENDE DE ALMEIDA
MARTCHELLO DE ALMEIDA PARREIRAS FULI
MAURÍCIO BAPTISTA FERREIRA
NILTON MOREIRA CAVALCANTE
PAULO CESAR PIRES DE ANDRADE
UBIRAJARA GOMES DA CRUZ
WILSON ESPIRIDÃO PIMEN

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 2

Atos do Prefeito

LEI Nº 1.493/19, DE 13 DE MAIO DE 2019.

“ALTERA A LEI Nº 957/09, DE 27 DE AGOSTO DE 2009”.

Faço saber que a Câmara Municipal de Queimados APROVOU e eu SANCIONO, a seguinte Lei:

Art. 1º - A alínea “a” do inciso I do art. 5º da Lei nº 957/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º -
I -
a) 01 (um) da Secretaria Municipal da Terceira Idade;
.....”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**CARLOS DE FRANÇA VILELA
P R E F E I T O**

Atos do Secretário Municipal de Administração

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Portaria nº 458/SEMAD/2019 – Com base no parecer da Assessoria Jurídica/SEMAD, **DEFIRO** o pedido incidental para a interrupção da Licença para Tratar de Interesses Particulares, da servidora **FERNANDA COSTA FARVES**, Orientador Pedagógico, matrícula 10902/01, na forma do § 1º do art. 92 da Lei 1060/2011, a contar de 13/05/2019. A servidora retornará as suas atividades e, para tanto, deve apresentar-se ao DCRH/SEMAD, de imediato, e retirar memorando de apresentação com a data do seu retorno a ser apresentado ao Secretário Municipal ao qual esteja subordinado. – **Processo 2507/2017/05**.

Portaria nº 459/SEMAD/2019 – Com base no parecer da Assessoria Jurídica/SEMAD e manifestação da PGM, **INDEFIRO** o pedido incidental para Auxílio Transporte Retroativo, da servidora **RENATA CARDOSO DE ARAUJO**, Secretária Escolar - SEMED, matrícula 11348/01 – **Processo 6811/2016/05**.

Portaria Nº 460/SEMAD/2019 — Com base no parecer da Assessoria Jurídica/SEMAD, **DEFIRO** o pedido de **Auxílio Natalidade** para o servidor **MARCOS ANTONIO MARTINS DA SILVA** – ASG-SEMED – matrícula nº 2420/11, na forma do § 2º do art. 195 da Lei 1060/2011, **Processo nº 1862/2019/05**.

Processo nº. 00171/2016/03 - Publicado no DOQ nº557 de 29 de abril de 2019.

Onde lê: Com base no parecer da Controladoria Geral do Município, às fls.435/436, **AUTORIZO**, na forma da Lei, a celebração do Reconhecimento de Dívida, da Locação do imóvel situado a Rua Hortência, nº 254 lojas 01 e 02 e 201 a 206 (...).

Leia-se: Com base no parecer da Controladoria Geral do Município, às fls.435/436, **AUTORIZO**, na forma da Lei, a celebração do Reconhecimento de Dívida, da Locação do imóvel situado a Rua Hortência, nº 254 lojas 01 e 02, salas de 101 a 106 e 201 a 206 (...).

ANDRÉ PEREIRA BAHIA
Secretário Municipal de Administração

Atos da Secretária Municipal de Saúde

ATO Nº 032/SEMUS/19. (Designação de Responsável Técnico pelo Setor de Farmácia Judicial, junto ao Deptº de Assistência Farmacêutica - Semus)

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a “Farmacêutica Bioquímica – Estatutária – **MÔNICA LOPES FERREIRA** – Matrícula nº 5739/81 - para atuar também como Responsável Técnico pelo Setor de Farmácia Judicial junto ao Departamento de Assistência Farmacêutica da SEMUS, situada na Rua Onze, S/N Vila Pacaembu – Queimados – da Rede Municipal de Saúde, a contar da data da sua publicação.

LÍVIA GUEDES SIMÕES
Secretária Municipal de Saúde

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 3

Ato Conjunto do Secretário Municipal de Transporte e Trânsito e do Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública

PROCESSO Nº 2453/2017/29. Com base no parecer da Procuradoria Geral do Município – PGM, às fls. 259/264, e da Controladoria Geral do Município – CGM, às fls. 270/272 bem como fls. 339/340, **AUTORIZAMOS** a celebração do Termo de Cooperação na Ordem Pública nº E-09/082/4/2019, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Polícia Militar e o Município de Queimados com a interveniência da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública e da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, através da Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança - CPROEIS, cujo objeto é “a soma de esforços para exercer e prestar serviços públicos de sua competência, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de assinatura do Termo, no valor mensal estimado de R\$ 243.269,40 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), no valor global, para 24 (vinte e quatro) meses, estimado em R\$ 5.838.465,60 (cinco milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), incluídos o valor para pagamento de 60 (sessenta) turnos/mês de 08 (oito) e 12 (doze) horas referente aos valores pagos à Praça, ou graduado Policial Militar, nos termos do Decreto Estadual nº 42.875/2011, Decreto Estadual nº 43.538/2012, Decreto Estadual nº 46.646/2019 e no art. 116 da Lei nº 8666/93.

ALLAN TAVARES PERFEITO
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito
Matrícula 12050/02

ELIAS JOSÉ DA CRUZ
Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública
Matrícula 9990/03

Atos do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº150/COMSAQ/2019. O Conselho Municipal de Saúde de Queimados, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei nº 8.142 de 27 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 1.331/16, de 09 de Novembro de 2016 em Reunião Ordinária realizada em 10/05/2019, na sede do Conselho Municipal de Saúde de Queimados, Rua Mesquita, nº74 - Centro- Queimados - RJ, com base na decisão da Plenária decide:

Considerando os Artigos nº 196º, nº 197º, nº198º, nº199 e nº 200 da CRFB, que garante o Direito a Saúde igualitário e universal de Todos e Todas e dever do Estado e a participação da Comunidade na fiscalização e controle e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990; que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 1.331/16, de 09 de Novembro de 2016, que revoga a Lei nº 828 de 09 de Janeiro de 2007;

Considerando a Resolução nº 453 de 10 de Maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que determina e define as diretrizes de funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Resolve:

Artigo1º: Artigo1º: O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Queimados aprovou com 12 votos a favor e com 1 abstenção a 1º Utilização da Ata de Registro de Preços de Insumos, referente ao Processo 13.0307/19;

Artigo 2º: A Presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSUÉ SILVA DA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Atos do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

RESOLUÇÃO Nº 009/COMDEPI. O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - COMDEPI, em reunião extraordinária no dia 13 de maio de 2019 aprova e torna público o Regimento Interno da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que será realizada no dia 16 de maio de 2019, no horário de 08:00h às 13:00h, no Teatro Municipal Marlice Margarida Pereira da Cunha (Teatro Metodista).

Maricéia Peluzio Aragão Gomes
Presidente do COMDEPI

REGIMENTO INTERNO DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

CAPÍTULO I
DA SEDE E DURAÇÃO

ART 1º - A IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa será realizada em 16 de maio de 2019, na cidade de Queimados - RJ.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente regimento é um instrumento que estabelece normas de organização funcionamento da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Queimados.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 4

ART 2º - O COMDEPI – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, baseando-se na legislação em vigor em especial pelo DEC.8842/94 POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO PNI regulamentada pelo DEC 1948/96 e pelo ESTATUTO DO IDOSO, LEI 10.741/03 regulamentado pelo DEC 5130/04 determina a realização da Conferência do Idoso.

ART 3º - O tema escolhido para a IV CONFERENCIA MUNICIPAL é: **OS DESAFIOS DE ENVELHECER NO SÉCULO XXI E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.**

ART 4º - São objetivos da IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

1. Avaliar a efetividade das ações em execuções;
2. Reafirmar competências e corresponsabilidade dos órgãos governamentais e não governamentais e dos demais atores que integram a rede de proteção à pessoa idosa para implementar políticas e ações que privilegiem a promoção, defesa e proteção dos direitos da pessoa idosa;
3. Debater temas relevantes no campo do envelhecimento assim como, os avanços e desafios da POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO e ESTATUTO DO IDOSO na perspectiva de sua efetivação;
4. Sensibilizar o poder público e a sociedade civil para a questão do envelhecimento acelerado da população;
5. Avaliar os avanços e desafios do processo de implementação das políticas destinadas às pessoas idosas e apresentar as prioridades das demandas reais identificadas junto à população idosa;
6. Fortalecer o compromisso dos diversos setores da sociedade e do governo no atendimento à defesa e à garantia dos direitos da pessoa idosa;
7. Identificar, socializar os avanços e desafios obtidos na implementação das políticas públicas priorizadas na IV CONFERÊNCIA NACIONAL E IV CONFERENCIA ESTADUAL;
8. Destacar, instruir e reafirmar a importância da participação e do controle social como princípio de gestão democrática e compromisso de todos com a população idosa, em especial no incentivo à criação dos FORUNS da PNI;
9. Discutir sobre as formas de captação de recursos para os FUNDOS ESTADUAL E MUNICIPAL do IDOSO conforme LEI 12213/10 com vistas à sua aplicação em programas e ações destinadas à população idosa;
10. Identificar experiências institucionais sejam governamental ou da sociedade civil buscando intercâmbio e integração das ações;
11. Consolidar as políticas públicas setoriais visando à garantia de direitos da pessoa idosa de forma articulada entre os órgãos governamentais e sociedade civil;
12. Deliberar sobre cada eixo temático as prioridades apontando estratégias e competência de cada nível de governo.

ART 5º - O tema a ser abordado na IV Conferencia Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, **OS DESAFIOS DE ENVELHECER NO SÉCULO XXI E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**, será desenvolvido através de quatro Eixos Temáticos:

- I. Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.
- II. Educação: assegurando direitos e emancipação humana.
- III. Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.
- IV. Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

ART 6º - A IV Conferencia Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa será precedida de Conferências Municipais que atendam às recomendações de acessibilidade conforme as orientações gerais da V Conferência Nacional e de acordo com o Manual de Orientações elaborado pela Comissão de Organização da V Conferencia Estadual em Anexo

CAPITULO II DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

ART 7º - As Conferências Municipais serão realizadas até o dia 30 de maio de 2019 em todos os Municípios do Estado mediante os seguintes critérios:

- a) Escolha de local de fácil acesso e infraestrutura compatível com o número de participantes;
- b) Elaboração de Regimento Interno Municipal que servirá de orientação para a Conferência e aprovado pelos participantes;
- c) Criação de uma Comissão de Organização Local aprovada no Conselho Municipal respeitando a paridade da sociedade civil e governo;
- d) Organizar material a ser distribuído entre os participantes, ou seja, de produção própria do Município ou de outras Instituições: governamentais e da sociedade civil;
- e) Divulgação do evento através de todos os meios de comunicação existentes no Município;
- f) Organizar o programa da Conferencia respeitando o modelo da Conferência Estadual;
- g) Solenidade de Abertura;
- h) Conferência Magna – Tema Central;
- i) Mesas/Grupos Temáticos de Trabalho, de acordo com os Eixos;
- j) Escolha dos delegados para Conferencia Estadual;
- k) Plenária deliberativa;
- l) Plenária final;
- m) Cada grupo de discussão deverá apresentar as deliberações priorizadas e aprovadas em plenária;
- n) Elaborar o Relatório final da Conferência Municipal enviando o mesmo juntamente com as Deliberações e relação de Delegados eleitos para participarem da V Conferência Estadual e seus respectivos suplentes à Comissão de Organização da Conferência Estadual até 30 dias após o término da Conferência Municipal;
- o) Na escolha dos Delegados titulares e suplentes para a V Conferência Estadual deverá ser observado que 60% dos mesmos representem a sociedade civil e 40% à área governamental;
- p) No total de Delegados escolhidos 40% deles deverão ter abaixo de 60 anos e 60% deverão ter 60 anos ou mais;

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 5

- q) Na escolha de Delegados recomendam-se os seguintes critérios, em conformidade com a Resolução nº 44/2018, do CNDI:
- 1) Para representantes da Sociedade Civil, considerar os seguintes segmentos: usuários/pessoa idosa, entidades e organizações que atuam na defesa, promoção ou garantia dos direitos da pessoa idosa, preferencialmente que atuem no seu território;
 - 2) Para os representantes governamentais priorizar os servidores envolvidos nas políticas públicas relacionadas com a pessoa idosa, preferencialmente que atuem no seu território.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DA CONFERÊNCIA

ART 8º - A IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no Estado do Rio de Janeiro é promovida e realizada pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDEPI em conjunto e com apoio da Secretaria Municipal da Terceira Idade –SEMTI.

ART 9º - A IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa será constituída por Delegados, Convidados e Observadores.

ART 10º - São Delegados da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa os:

- I. 20 (vinte) membros (titulares e suplentes) do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – COMDEPI;
- II. 01 (um) técnico da SEMTI;
- III. 05 (cinco) representantes indicados pelo FORUM Permanente da POLÍTICA DO IDOSO no Município de Queimados;
- IV. 07 (sete) Representantes Delegados Idosos das atividades da SEMTI;
- V. Representantes Delegados Indicados por Instituições afins;
- VI. Representantes Delegados indicados pelas secretarias afins.

ART 11º – A Comissão de Organização da IV Conferência escolhida e aprovada pelo COMDEPI terá as seguintes atribuições:

- I. Promover e realizar a IV Conferência Municipal com base no tema central e nos eixos temáticos bem como nos documentos técnicos que subsidiarão os debates nos grupos;
- II. Elaborar critérios e modalidades de participação dos representantes dos Municípios;
- III. Elaborar o Programa da IV Conferência Municipal indicando os nomes dos expositores;
- IV. Coordenar e organizar os Grupos de Discussão definindo os Coordenadores e Facilitadores de cada Grupo;
- V. Dar suporte técnico e operacional garantindo a infraestrutura para a IV Conferência
- VI. Promover a divulgação do evento junto aos meios de comunicação local bem como junto aos órgãos governamentais e institucionais;
- VII. Coordenar a inscrição e o credenciamento dos participantes;
- VIII. Propor e produzir material gráfico que sirva de orientação para os participantes;
- IX. Elaborar o Relatório final da IV Conferência Municipal para ser encaminhado à Comissão de Organização Nacional – CNDI, até o dia 31 de maio de 2019.

ART 12º - Serão disponibilizadas 247 vagas para os Delegados Municipais que participarão da V Conferência Estadual, de acordo com a tabela abaixo e respeitando os seguintes critérios:

- a) Presença na reunião preparatória para a V Conferência Estadual, a ser divulgada;
- b) Assinatura de Termo de Responsabilidade que garanta a participação integral na V Conferência Estadual e Nacional;
- c) Para realizar a Conferência Municipal, o Conselho deve apresentar a seguinte documentação comprobatória da regularidade de suas atividades: Lei de Criação, Ata de Reunião Ordinária realizada no ano de 2018.

PORTE DOS MUNICÍPIOS	Nº MUNICÍPIOS	Nº DE DELEGADOS POR MUNICÍPIO	TOTAL DE DELEGADOS PARA ESTADUAL
Nº de Municípios de Pequeno Porte I e II	56	02	112
Nº de Municípios de Médio Porte	9	03	27
Nº de Municípios de Grande Porte e Metrôpoles	27	04	108
TOTAL	92	-	247

IBGE – Censo 2010

CAPÍTULO IV DO CREDENCIAMENTO

ART 13º - O credenciamento ocorrerá mediante apresentação de documento de identidade com foto, no endereço Avenida Marinho Hemetério de Oliveira Sem Nº - Pacaembu – Queimados – RJ – Teatro Escola Marlice Margarida Ferreira da Cunha (TEATRO METODISTA)

§ 1º - O credenciamento será feito por profissionais, devidamente identificados, destacando a ordem alfabética, região que representa sendo supervisionada pela Comissão de Organização Municipal da IV Conferência.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 6

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

ART 14º - A organização e as despesas com a estrutura física, produção gráfica, material de escritório, gravação, pastas, crachás, informativos, ocorrerão por parte da SEMTI.

ART 15º - Os grupos e a plenária final serão coordenados por pessoas indicadas pela Comissão de Organização Municipal e devidamente capacitada para o exercício da função.

ART 16º - À Comissão de Organização Municipal compete:

- a) Coordenar, supervisionar, dirigir e promover a realização da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, atendendo os aspectos técnicos e administrativos;
- b) Mobilizar seus parceiros no âmbito de atuação nos municípios para a preparação e participação na Conferência Municipal;
- c) Incentivar, estabelecer diretrizes e assessoria à realização das Conferências Municipais;
- d) Acompanhar o andamento das Conferências Municipais especialmente no que concerne ao andamento dos relatórios finais;
- e) Articular-se com a Assessoria de Comunicação do Poder Executivo visando a divulgação do evento;
- f) Acompanhar a efetivação de contratos e convênios necessários para a realização da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
- g) Propor, acompanhar e garantir infraestrutura, respeitando principalmente a legislação de acessibilidade em todos os seus aspectos;
- h) Garantir o apoio técnico administrativo para a realização da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
- i) Participar da elaboração do relatório final da IV Conferência Municipal para o envio à Comissão de Organização Estadual providenciando sua divulgação no âmbito Municipal.

ART 17º - A SECRETÁRIA EXECUTIVA do COMDEPI compete:

- a) Cumprir as deliberações da Comissão de Organização Municipal da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
- b) Decidir sobre questões urgentes referentes a Comissão de Organização Municipal.

ART 18º - O temário e a programação da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa constarão de:

- a) Solenidade de abertura;
- b) Conferência sobre o Tema Central;
- c) Mesas / Grupos Temáticos de Trabalho;
- d) Plenária deliberativa;
- e) Plenária final.

PARÁGRAFO ÚNICO: As Mesas / Grupos temáticos de Trabalho apresentarão e discutirão as deliberações prioritizadas e aprovadas na Conferência.

ART 19º - A programação da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa obedecerá a seguinte ordem:

- 08h00m às 08h30m – Credenciamento e Café da manhã.
- 08h30m às 09h00m – Leitura e Aprovação do Regimento Interno.
- 09h00m às 09h30m – Solenidade de Abertura e Composição da Mesa.
- 09h:30m às 10h00m- – Momento Cultural.
- 10h:00m às 10h:40m - Conferência Magna – “OS DESAFIOS DE ENVELHECER NO SÉCULO XXI E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”
- 10h40m às 11h:40 – Grupos Temáticos de Trabalho-Oficinas (Eixos 1,2,3 e4).
- 11h40m às 12h20m – Aprovação das Deliberações em Plenária.
- 12h20m às 12h50m – Plenária-Eleição dos Delegados.
- 12h50m às 13h00m – Encerramento e Café.

ART 20º - A IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa será dirigida pela mesa diretora do COMDEPI e Presidida pelo Presidente do COMDEPI.

ART 21º - À Presidência da mesa caberá conduzir as sessões, cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno, adotar as medidas atinentes ao bom desenvolvimento dos trabalhos e resolver as questões de ordem, apurar as votações e proclamar os resultados consultando a mesa diretora.

§1º - A Presidência poderá pedir em caso de dúvida a identificação do participante inscrito.

§2º - A Presidência não poderá discutir ou interferir no conteúdo do debate a não ser para esclarecimentos sem interromper quem estiver no correto uso da palavra dentro das normas regimentais.

§3º - Quando quem presidir desejar debater qualquer assunto deverá antes passar a Presidência da sessão ao seu substituto legal.

§4º - A Presidência dará por encerrada a intervenção do participante que exceder o tempo determinado ou que se referir à matéria alheia à sessão ou que prejudique seu bom andamento.

ART 22º - A Secretária Geral da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a quem caberá secretariar os trabalhos da mesa diretora será constituída por membros indicados pela Comissão de Organização Municipal.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 7

ART 23º – Os Grupos Temáticos de Trabalho serão constituídos por eixos temáticos e seus participantes deverão se inscrever durante o credenciamento.

ART 24º – Cada Grupo Temático de Trabalho terá 01 (um) Coordenador e 01 (um) Relator, sendo o 1º indicado pela Comissão de Organização Municipal.

ART 25º – Os Grupos Temáticos de Trabalho deverão utilizar os instrumentos de avaliação e de estabelecimento de prioridades, conforme modelo estabelecido pela Comissão de Organização Municipal.

ART 26º – No relatório de cada Grupo Temático de Trabalho deverão constar as resoluções aprovadas pelo mesmo e deverão ser objeto de apresentação na plenária final.

ART 27º – A plenária terá a competência de discutir, aprovar ou rejeitar em parte ou na totalidade as propostas dos Grupos Temáticos de Trabalho, bem como realizar a eleição dos Delegados para a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

§1º - A manifestação ou intervenção dos membros na plenária ocorrerá mediante inscrição prévia na mesa coordenadora ou através de intervenções como: “Questão de ordem”, “Questão de Esclarecimento” e “Destaque” em conformidade com o Manual de Orientações elaborado pela Comissão de Organização da V Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

§2º - As decisões da plenária serão aprovadas por maioria simples dos presentes.

§3º - Cada Delegado terá direito a 01 (um) voto expressado pela apresentação do CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO.

ART 28º – A apresentação de “Destaque” deverá ser de até 04 (quatro) participantes, sendo 02 (dois) para defesa e 02 (dois) para encaminhamento ao contrário.

§1º - Cada Delegado terá até 02 (dois) minutos para sua manifestação.

§2º - Os pontos que nenhum Delegado solicitar “Destaque” no momento da votação será considerado aprovado para encaminhamento à Plenária Final.

§3º - Durante o regime de votação será vedado qualquer tipo de intervenção.

ART 29º – Serão apresentadas na plenária final da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa as “Moções” que deverão ser entregues a secretária da Conferência até às 15h30m no dia da Conferência, devendo as mesmas contar com o mínimo de 50 (cinquenta) assinaturas dos Delegados participantes.

CAPÍTULO VI DAS VOTAÇÕES

ART 30º – Cada Delegado devidamente credenciado terá direito a 01 (um) voto em cada proposta apresentada em Plenária.

ART 31º – Serão consideradas aprovadas na Plenária Final as conclusões e moções que obtiverem maioria simples dos votos.

§1º - A identificação do participante nas Sessões Plenárias será feito mediante apresentação do CRACHÁ de votação.

§2º - As votações serão feitas por contraste mediante levantamento dos CRACHÁS dos Delegados e, em caso de dúvida, haverá contagem da votação e, no final, declarada a proposta vencedora.

§3º - Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação.

§4º - As declarações de abstenção do voto poderão ser feitas oralmente pelos Delegados inscritos, se assim o desejarem, devendo cada intervenção limitar-se a 01 (um) minuto assegurando-se ainda as demais declarações de abstenção por escrito.

ART 32º – Caberá à Mesa Diretora julgar as questões de ordem e encaminhamentos.

ART 33º – Será assegurado recurso sobre as decisões da Mesa Diretora.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todo recurso só será aceito com aprovação da maioria simples da plenária.

ART 34º – Proclamado o resultado final de uma votação, não havendo recurso dos participantes, a matéria votada não poderá ser rediscutida.

CAPÍTULO VII DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

ART 35º – A V Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa dispõe de 62 (sessenta e duas) vagas de Delegados titulares representando o Estado do Rio de Janeiro na V Conferência Nacional que será realizada em Brasília – Distrito Federal em 2019.

§1º - O CEDEPI – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa se fará representar com 12 (doze) vagas sendo 07 (sete) da sociedade civil e 05 (cinco) do governo eleitos em reunião ordinária do CEDEPI.

§2º - A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos se fará representar por 03 (três) Delegados e o Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro - Fórum PNEIRJ, por 03 (três) Delegados na V Conferência Nacional.

§3º - A eleição que trata o ART 35 deverá obedecer à divisão, conforme quadro abaixo:

REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Nº DE DELEGADOS PARA CONFERÊNCIA NACIONAL
Serrana	05
Médio Paraíba	06
Noroeste	05
Norte	05

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 8

Baixada Litorânea	06
Centro Sul Fluminense	04
Costa Verde	02
Metropolitana I	06
Metropolitana II	05
TOTAL	44

§4º - Para a distribuição dos delegados acima computou-se o número de Conselhos Municipais existentes nas referidas Regiões garantindo-se no mínimo 02 (dois) Delegados por Região.

§5º - Os Delegados eleitos deverão ser referendados pela Plenária Final.

§6º - Na escolha dos Delegados titulares e suplentes para a V Conferência Estadual deverá ser observado que 60% dos mesmos representem a sociedade civil, sendo 40% da área governamental.

§7º - Do total de Delegados eleitos, pelo menos 60% deverão ter 60 anos ou mais.

§8º - Os nomes dos Delegados eleitos na V Conferência Estadual e seus respectivos suplentes deverão ser encaminhados à Comissão de Organização Nacional incluindo na relação: documento de identificação, região, endereço completo e instituição que representa.

ART 36º – A eleição que trata o ART 35 dos Delegados para a V Conferência Nacional poderá ser feita por aclamação.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART 37º – A sistematização da Resolução da IV Conferência Municipal ficará a cargo da Comissão de Organização Municipal.

ART 38º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Organização Municipal e/ou pela Mesa Diretora dos Trabalhos.

ART 39º – Este Regimento Interno foi aprovado pela Plenária do COMDEPI – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no dia 09/04/2019 e publicada no Diário Oficial.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

- 1- MARIA DAS DORES
- 2- ELAINE REZENDE
- 3- ALEXANDRE MAGNO MARINHO
- 4- ADRIANA GONÇALVES DA SILVA

Atos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

PORTARIA Nº 006/COMDEMA/19. O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no uso das atribuições, que lhe conferem a legislação em vigor e regimento interno,

Resolve:

Convocar reunião **ORDINÁRIA** do mês de MAIO, no dia 16 de Maio de 2019, às 10 horas, na sede da SEMADA, Avenida Luigi Giobbi nº 498, Vila Camarim – Queimados, com a seguinte pauta:

- I – Leitura e aprovação da Pauta;
- II – Leitura e aprovação da Ata;
- III – Apresentação da prestação de contas

JOSÉ CARLOS LEAL NOGUEIRA
Presidente do COMDEMA

Atos do Poder Legislativo

18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2019

EXPEDIENTE

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 294/2019 AUTOR: VEREADOR MORIE PROCESSO: 1951/2019
ASSUNTO: “INDICA PALIATIVO COM MOTO NIVELADORA NA RUA ZUMIRA NO BAIRRO FANCHEM”.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 295/2019 AUTOR: VEREADOR CINEI PROCESSO: 1952/2019
ASSUNTO: “INDICA A NORMALIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO EM ESPECIAL NAS RUAS PORTEIRA AZUL, TANCREDO NEVES, AVENIDA BEIRA RIO E OUTRAS NO BAIRRO CAMPO ALEGRE”.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 296/2019 AUTOR: VEREADOR CINEI PROCESSO: 1953/2019
ASSUNTO: “INDICA A RESTAURAÇÃO COM PATROL, APLICAÇÃO DE SAIBRO E PÓ DE PEDRA DA RUA TELES NO BAIRRO VALDARIOSA”.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 297/2019 AUTOR: VEREADOR CINEI PROCESSO: 1954/2019
ASSUNTO: “INDICA A ROÇAGEM E LIMPEZA EM TODA EXTENSÃO DAS RUAS DOS BAIRROS CAMPO ALEGRE E FAZENDINHA”.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 9

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 298/2019 AUTOR: VEREADOR CINEI PROCESSO: 1955/2019
ASSUNTO: "INDICA A ROÇAGEM E LIMPEZA EM TODA EXTENSÃO DA RUA CAMARIM (ORLA DO RIO) NO BAIRRO ELDORADO".

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 299/2019 AUTOR: VEREADOR CINEI PROCESSO: 1956/2019
ASSUNTO: "INDICA A ROÇAGEM E LIMPEZA EM TODA EXTENSÃO DA AVENIDA YERES ATÉ O RIO MORTO NA DIVSA COM ENGENHEIRO PEDREIRA, BEIRANDO A LINHA FÉRREA".

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 300/2019 AUTOR: VEREADOR MARCHELLOS PROCESSO: 1957/2019
ASSUNTO: "INDICA A OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA ALBINO SANTIAGO, DO NÚMERO 19 ATÉ A PONTE, PRÓXIMO À ASSEMBLEIA DE DEUS NO BAIRRO VALDARIOSA".

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 301/2019 AUTOR: VEREADOR MARCHELLOS PROCESSO: 1958/2019
ASSUNTO: "INDICA A OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA FERNANDINHO DE FRENTE À PORTARIA DO BLOCO B NO BAIRRO VALDARIOSA".

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 302/2019 AUTOR: VEREADOR MARCHELLOS PROCESSO: 1959/2019
ASSUNTO: "INDICA RECAPEAMENTO DA RUA BOA VIAGEM DO NÚMERO 428 ATÉ A PONTE DA RUA ANTONIO GRANDE NO BAIRRO VALDARIOSA".

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 303/2019 AUTOR: VEREADOR PAULINHO TUDO A VER PROCESSO: 1960/2019
ASSUNTO: "INDICA MUTIRÃO DE LIMPEZA NA RUA SÃO JOSÉ NO BAIRRO SÃO ROQUE".

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: 304/2019 AUTOR: VEREADOR PAULINHO TUDO A VER PROCESSO: 1961/2019
ASSUNTO: "INDICA PALIATIVO EMERGENCIAL E POSTERIOR SANEAMENTO E ASFALTAMENTO DA RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, Nº52 NO BAIRRO PRIMAVERA".


MILTON CAMPOS ANTONIO
PRESIDENTE

ATO nº 012/2019. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADOS - RJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais; **PUBLIQUE-SE** de acordo com o artigo 125 Parágrafo primeiro do **REGIMENTO INTERNO**, a **ORDEM DO DIA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MAIO DE 2019**:

PROJETO DE LEI: 103/2019 MSG. Nº005/19 AUTOR: PODER EXECUTIVO.
ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DE QUEIMADOS - CEADQ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Título I

Das Disposições Fundamentais

Capítulo I

Da Educação

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo único – Esta Lei disciplina a educação que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias da rede municipal e instituições da rede privada de ensino que ministre educação infantil, sendo guiada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no que couber.

Capítulo II

Dos Princípios e Fins da Educação Municipal

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepção pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da Lei Orgânica Municipal;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 10

- XII. consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII. garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Capítulo III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º - O dever do Município com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I. educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II. atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
- III. atendimento gratuito em creches e pré-escolar às crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade;
- IV. acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- V. atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- VI. padrões mínimos de qualidade de ensino;
- VII. vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança que completar 04 (quatro) anos de idade.

Art. 5º - O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§1º - Compete ao Município, em regime de colaboração com o Estado, e com a assistência da União:

- I. recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;
- II. fazer-lhes a chamada pública;
- III. zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º - Cabe ao Poder Público Municipal:

- I. organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II. exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III. baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV. autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V. oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VI. assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Art. 6º - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores de idade, a partir dos 04 (quatro) anos de idade completados até 31 de março do ano letivo, na educação básica.

Título II

Da Organização do Sistema Municipal de Ensino

Art.7º - O sistema municipal de ensino compreende:

- I. as instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II. as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III. a Secretaria Municipal de Educação;
- IV. o Conselho Municipal de Educação.

Capítulo I

Da Caracterização dos Órgãos Integrantes do Sistema Municipal de Educação

Art.8º - São órgãos que integram o Sistema Municipal de Educação:

- I. as instituições de ensino fundamental e de educação infantil pertencentes a rede municipal de ensino, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II. as instituições de ensino infantil, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- III. a Secretaria Municipal de Educação, órgão diretamente subordinado ao Prefeito, assim entendida como parte integrante do Poder Público Executivo;
- IV. o Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado e, na forma da lei, responsável pelas atribuições do Poder Público Municipal em matéria consultiva, deliberativa, normativa, fiscalizadora e de assessoramento, no âmbito da educação municipal.

Título III

Dos Recursos Financeiros

Capítulo I

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 11

Do Financiamento, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art. 9º - Serão recursos públicos destinados à educação os originários:

- I. receita de imposto próprios do Município;
- II. receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III. receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV. receita dos incentivos fiscais;
- V. outros recursos previstos em lei.

Art. 10 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Municípios, ou pelo Estado, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º - Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º - As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

Art. 11 - Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vista à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I. remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II. aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III. uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV. levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V. aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar;
- VI. amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo.

Título IV

Dos Níveis de Educação e Ensino

Capítulo I

Da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 12 - A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 13 - Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único – Cabe ao Sistema Municipal de Ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 14 - Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, quando houver, devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, observando:

- I. a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II. consideração das condições dos alunos em cada estabelecimento;
- III. orientação para o trabalho;
- IV. promoção do esporte educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 15 - Na oferta de educação infantil e ensino fundamental para a população rural, o sistema municipal promoverá adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo adequação de calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 12

Art. 16 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 05 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 17 - A educação infantil no Município de Queimados será oferecida em:

- I. creches ou entidades equivalentes, para crianças de quatro meses até três anos de idade;
- II. pré-escolar, para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, completados até 31 de março do ano letivo.

Art. 18 - Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

- I. carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- II. frequência mínima de 60% (sessenta por cento) da carga horária letiva ou como dispuser lei federal.

Art. 19 - A autorização de funcionamento das instituições particulares de educação infantil será regulamentada em legislação própria pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Seção III

Do Ensino Fundamental

Art. 20 - O Ensino Fundamental poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º - O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

§ 2º - A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 3º - O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na Lei Federal nº 9.394/96.

Art. 21 - O ensino fundamental, será organizado de acordo com as seguintes regras comuns:

- I. carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver;
- II. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, podendo ser progressivamente ampliado o período de permanência na escola;
- III. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas na Lei;
- IV. a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

- a) por promoção, para alunos que cursavam, com aproveitamento, a série ou fase;
- b) por transferência, para candidatos precedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada.

V. poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equidistantes de adiantamento na matéria para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

VI. a verificação do rendimento escolar obedecerá aos critérios estabelecidos pelo Regimento Interno das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;

VII. o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no Regimento Interno das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento para o ensino fundamental conforme o disposto na Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96;

VIII. a cada instituição de ensino caberá expedir históricos escolares, declaração de conclusão de série e diplomas.

Art. 22 - O currículo do ensino fundamental deve ter uma Base Nacional Comum Curricular e uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º - O currículo a que se refere o caput deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º - O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º - A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular do Ensino Fundamental, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos ou como dispuser a legislação.

§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º - Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir do sexto ano, o ensino da língua inglesa.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 13

Art. 23 - O ensino fundamental, com duração mínima de 09 (nove) anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos e pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 2º - O ensino fundamental será obrigatoriamente presencial para alunos com até 18 (dezoito) anos completos após 31 de março do ano a ser cursado.

Art. 24 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Seção IV

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 25 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º - O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º - A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 26 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º - Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de 15 (quinze) anos.

§ 2º - Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

§ 3º - Poderá ser ofertado o ensino semipresencial para alunos que tenham completado 18 (dezoito) anos até 31 de março do ano a ser cursado, exclusivamente, para a matrícula nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º).

§ 4º - O ensino semipresencial a que se refere o parágrafo anterior será instituído e regulamentado em Regimento Interno do Centro de Educação a Distância de Queimados - CEADQ, proposta, a partir de estudos da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27 - Fica criado o Centro de Educação a Distância de Queimados – CEADQ, podendo funcionar em polos regionais no Município.

Art. 28 - A modalidade semipresencial passa a integrar a oferta de ensino fundamental, de forma opcional, para:

- I. Alunos a partir dos 18 (dezoito) anos completos, até 31 de março do ano a ser cursado;
- II. Exclusivamente para o ensino dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), conforme a oferta de vagas pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 29 - A modalidade semipresencial respeitará e abrangerá a Base Nacional Comum Curricular e demais orientações oriundas do Ministério da Educação e legislações correlatas.

Art. 30 - O material didático será exclusivo e preparado pela equipe da SEMED ou instituição por ela autorizada.

Art. 31 - O professor/tutor poderá usar e, incentivar a participação dos alunos, com tecnologias educacionais para melhor aproveitamento do educando.

Art. 32 - O Regimento Interno do CEADQ irá dispor sobre o seu funcionamento e regulamentação dos polos que venham a ser criados, e será publicado em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Lei.

Art. 33 - A aprovação no ano de escolaridade seguirá a legislação municipal para o ensino fundamental, assim como a classificação ou reclassificação, respeitada a LDBEN nº 9.394/96.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 14

Art. 34 - O CEADQ fará parte do sistema municipal de ensino, como unidade avançada, tendo autonomia para expedir certificados de conclusão, históricos escolares, declarações de escolaridade, e para comprovação de matrícula.

Art. 35 - O CEADQ, ligado à SEMED, será administrado pelo Coordenador de Apoio ao Setor de Supervisão Escolar.

Seção V
Da Educação Especial

Art. 36 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 2º - A oferta de educação especial, nos termos do *caput* deste artigo, tem início na educação infantil.

§ 3º - A Educação Especial será regulamentada por legislação própria a partir dos estudos da Secretaria Municipal e do Conselho Municipal de Educação.

Seção VI
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37 - Cabe ao Município matricular todos os educandos a partir dos 04 (quatro) anos de idade na pré-escola e a partir dos 06 (seis) anos, no ensino fundamental, quando completados até 31 de março do ano a ser cursado.

Art. 38 - O Sistema Municipal deverá:

- I. realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício;
- II. integrar toda sua rede escolar do ensino fundamental no sistema nacional de avaliação do rendimento.

Art. 39 - As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão integrar-se ao respectivo sistema de ensino e à legislação pertinente.

Art. 40 - Revogam-se as Leis nº 411/99, de 29 de setembro de 1999, e a Lei nº 153/94, de 16 de dezembro de 1994.

Art. 41 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI: 104/2019 MSG. Nº006/19 AUTOR: PODER EXECUTIVO.

ASSUNTO: “DISPÕE SOBRE A LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE QUEIMADOS, REGULAMENTA O TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E FAVORECIDO ASSEGURADO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta Lei Complementar regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI) e às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), como dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal, art. 139 da Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º - O tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido de que trata este artigo abrange os seguintes temas:

- I. Trâmites de abertura, alteração e baixa de estabelecimentos empresariais;
- II. Tratamento tributário;
- III. Fiscalização orientadora;
- IV. Apoio à representação;
- V. Participação em licitações públicas;
- VI. Apoio ao associativismo;
- VII. Acesso ao crédito;
- VIII. Estímulo à inovação;
- IX. Acesso à justiça;
- X. Educação Empreendedora.

§ 2º - Os benefícios desta lei serão estendidos, no que couberem:

- I. Em relação ao disposto nos incisos I e III ao IX do § 1º deste artigo ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar, na forma do artigo 3-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- II. Em relação ao disposto nos incisos III e V a IX do § 1º deste artigo, às sociedades cooperativas de consumo, na forma do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 2º - Para fins dessa Lei, consideram-se Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), os empresários e as pessoas jurídicas definidas nos artigos 3º e 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de novembro de 2006.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 15

Parágrafo único - Os Órgãos Municipais especificarão tratamento diferenciado, simplificado e favorecido em toda obrigação que atingir os empresários e as pessoas jurídicas mencionadas no **caput** deste artigo, sob pena de torná-la inexistente.

CAPITULO II DO REGISTRO E LEGALIZAÇÃO

Seção I

Da Simplificação e Informatização dos Processos

Art. 3º - Todos os órgãos municipais envolvidos na legalização de empresas deverão trabalhar em conjunto para simplificar os processos de abertura, alteração e baixa de estabelecimentos de empresários e pessoas jurídicas e garantir a linearidade do processo sob a perspectiva do usuário.

§ 1º - Os órgãos municipais responsáveis pela legalização de empresários e pessoas jurídicas estabelecerão prazo máximo para concessão de licenças, realização de vistorias e atendimento de demandas que visarem ao cumprimento de exigências adicionais aos processos de microempresas e empresas de pequeno porte, sob pena de reabertura do prazo de regularização, em procedimento de fiscalização orientadora.

§ 2º - Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, ocupação do solo e prevenção contra incêndios, exigidos para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, serão simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Art. 4º - Com o objetivo de simplificar, desonerar e abreviar os processos de abertura, alteração e baixa de empresas no Município, os órgãos públicos municipais deverão:

- I. Observar o sequenciamento das etapas de consulta prévia, requerimentos, entrega de documentos, acompanhamento do processo, emissão de guias de pagamento e deferimento do registro;
- II. Adotar a entrada única de dados cadastrais e documentos, inclusive sob a forma eletrônica ou digital;
- III. Trabalhar de modo integrado;
- IV. Compartilhar informações e documentos, resguardadas as respectivas bases de dados;
- V. Racionalizar e compatibilizar exigências para evitar a multiplicidade de documentos, requerimentos, cadastros, declarações e outros requisitos;
- VI. Disponibilizar informações e orientações ao usuário de forma presencial e pela rede mundial de computadores sobre os requisitos e procedimentos para emissão, renovação, alteração ou baixa das licenças e inscrições municipais, bem como sobre as condições legais para funcionamento de empresas no Município.

§ 1º - Para fins do **caput** deste artigo, a Administração Municipal poderá:

- I. Instituir sistemas eletrônicos, com plataforma na Rede Mundial de Computadores;
- II. Compartilhar os sistemas federais ou estaduais, desde que preservados a base de dados municipais, o sigilo fiscal e a autonomia para regulamentação das exigências legais, nas respectivas etapas do processo;
- III. Criar documento único de arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde, e outras que venham a ser criadas.

§ 2º - Os sistemas municipais poderão manter interface de integração com o Cadastro Único de Empresas, mencionado na alínea "b" do inciso II do artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º - Será adotado o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil para identificação de empresários e pessoas jurídicas, sem prejuízo da base de dados municipais.

Art. 5º - Os órgãos públicos municipais deverão articular as suas próprias competências com as dos órgãos federais e estaduais objetivando conciliar os procedimentos para legalização da abertura, alteração ou baixa de empresas.

Parágrafo único - As Secretarias Municipais, no âmbito de suas finalidades:

- I. Poderão celebrar acordos e convênios com os órgãos federais e estaduais de registros empresariais, fiscais, sanitários, ambientais e de segurança, visando ao compartilhamento de informações e de documentos necessários à emissão das licenças;
- II. Deverão acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Comitê Gestor de Integração do Registro Empresarial – COGIRE, de que trata o artigo 11 da Lei Estadual nº 6.426, de 05 de abril de 2013, e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, instituído pela Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

Art. 6º - Na abertura, alteração e baixa de inscrições ou licenças, concedidas a empresas instaladas no Município, ficará vedado qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceder o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, de alteração ou de baixa, ou não estiver prevista em lei.

§ 1º - Não será exigida do requerente, a apresentação de cópia ou original de:

- a) Documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel de instalação do estabelecimento, a não ser para comprovação do endereço;
- b) Comprovações de quitação, regularidade ou inexistência de obrigações tributárias do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas das quais participem;

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 16

- c) Comprovantes de regularidade com órgãos de classe dos prepostos de empresários ou pessoas jurídicas;
- d) Comprovantes de inscrições ou documentos emitidos ou cadastrados nos sistemas dos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Comprovantes de inscrições, registros, licenciamentos ou documentos emitidos por quaisquer entidades integrantes da Administração Pública Municipal;
- f) Comprovantes de inscrições nas Fazendas Nacional e Estadual;
- g) Prova das condições de habite-se, situação cadastral ou fiscal do imóvel utilizado por produtores rurais, pessoas físicas, agricultores familiares, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;
- h) Comprovantes de licenciamentos em órgãos federais ou estaduais de fiscalização ambiental ou sanitária;
- i) Comprovantes do porte da empresa ou de opção por regimes tributários simplificados ou especiais.

§ 2º - O disposto neste artigo será observado, especialmente, pelos órgãos responsáveis pelos serviços municipais relacionados no § 1º do artigo 11 desta lei.

Art. 7º - Os órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas realização vistorias, preferencialmente em conjunto, após o início de operação do estabelecimento e somente quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não restringirá a inscrição fiscal e não desobrigará a empresa quanto ao cumprimento das normas municipais e de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, inclusive nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

Seção II
Da Classificação dos Riscos

Art. 8º - Serão definidas por Ato do Poder Executivo as atividades consideradas de alto grau de risco para os efeitos da presente Lei, ficando estas sujeitas aos trâmites de legalização e funcionamento previstos na legislação municipal, observados os artigos 3º a 7º desta lei.

§ 1º - A definição prevista no **caput** atingirá as atividades que:

- I. Utilizem, armazenem, comercializem, transportem ou fabriquem material inflamável ou explosivo;
- II. Envolvem grande aglomeração de pessoas;
- III. Produzem nível sonoro superior ao tolerado por lei;
- IV. Produzem, comercializem, utilizem, armazenem ou transportem material nocivo, perigoso ou incomodo;
- V. Ponham em risco a segurança, a saúde ou a integridade física coletiva ou individual, por exposição à contaminação física, química ou microbiológica, ou por moléstia oriunda de fenômenos sonoros ou térmicos;
- VI. Possuem outros elementos de risco definidos em legislação municipal, resguardado o interesse público e coletivo.

§ 2º - Relacionadas as atividades de alto risco, as demais serão consideradas de baixo risco, dispensadas de vistorias prévias e sujeitas aos trâmites simplificados de legalização e funcionamento previstos nesta lei.

§ 3º - Para efeito deste artigo, as atividades serão identificadas com o Código Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, utilizado no âmbito da Administração Pública Federal.

§ 4º - Enquanto não cumprido o disposto no **caput** deste artigo, serão consideradas as atividades de alto risco aquelas definidas pela legislação do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Seção III
Da Ampla Informação

Art. 9º - Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas manterão, à disposição dos usuários, de forma integrada e consolidada:

- I. Informações e orientações sobre os trâmites e requisitos para abertura, funcionamento e baixa de empresários e pessoas jurídicas no Município;
- II. Instrumentos de pesquisas prévias para verificação da viabilidade de inscrição, obtenção de licenças e das respectivas alterações.

§ 1º - As informações serão fornecidas presencialmente e pela rede mundial de computadores e deverão conferir certeza ao requerente sobre a viabilidade de legalização da empresa no Município.

§ 2º - Para efeito deste artigo, serão utilizados os sistemas previstos no § 1º do art. 4º desta Lei.

Art. 10 - A Administração Pública disponibilizará serviço de consulta prévia sobre a viabilidade de legalização de empresários e pessoas jurídicas no Município, que prestará informações sobre:

- I. A possibilidade de exercício da atividade no imóvel e no endereço;
- II. Os requisitos para obtenção ou alteração de todas as inscrições, licenças e autorizações de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;
- III. Os requisitos para regularização do imóvel utilizado nas atividades empresariais, se necessária;
- IV. Os requisitos para autorizar a utilização de letreiros e outros meios de publicidade que o interessado julgar necessário;
- V. As condições legais para funcionamento da empresa no Município.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 17

§ 1º - Sendo inviável a legalização do empresário ou da pessoa jurídica no Município, a resposta à consulta indicará os dispositivos legais correspondentes e prestará orientações para adequação às exigências legais, sem prejuízo do direito ao recurso legal no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - A consulta prévia de viabilidade será realizada nos sistemas referidos no § 1º do artigo 4º desta Lei.

Seção IV

Do Trâmite Simplificado para Atividades de Baixo Risco

Art. 11 - Aos estabelecimentos empresariais, com atividades consideradas de baixo risco, será assegurado trâmite simplificado para legalização da abertura, alteração ou baixa, sem prejuízo da consulta prévia de viabilidade de que trata o artigo 10 desta Lei.

§ 1º - Estarão subordinados ao disposto neste artigo, os órgãos municipais encarregados dos processos relativos a:

- I. Inscrição de contribuintes;
- II. Consulta prévia de viabilidade;
- III. Concessão de alvarás ou autorizações para modificações ou instalações no imóvel, quando necessárias ao funcionamento da empresa;
- IV. Concessão de alvarás para autorizar a localização e o funcionamento de estabelecimentos de empresários e pessoas jurídicas;
- V. Concessão de licenças sanitárias e ambientais;
- VI. Autorizações para publicidade.

§ 2º - Os empresários e pessoas jurídicas cujas atividades forem consideradas de baixo risco:

- I. Ficarão dispensados de vistorias prévias para concessão de licenças e inscrições municipais, bem como para as respectivas alterações e baixas;
- II. Poderão ser fiscalizados a qualquer momento para verificação do cumprimento das normas relativas às posturas municipais, à segurança sanitária, à proteção ao meio ambiente e ao uso e ocupação de solo.

§ 3º - O trâmite simplificado aplicar-se-á, no que couber, à legalização de produtores rurais e agricultores familiares que desenvolverem atividades de baixo risco.

§ 4º - O trâmite simplificado não exime o contribuinte de promover a sua regularização perante aos demais órgãos competentes, assim como aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional, se exigido.

Art. 12 - No trâmite simplificado, a obtenção, alteração e renovação de alvarás, licenças, inscrições ou registros, dependerão, exclusivamente, do fornecimento de:

- I. Dados cadastrais do empreendimento e do titular, administrador ou sócios;
- II. Auto declarações do responsável pelo empreendimento, com a ciência sobre o prévio atendimento das exigências e das restrições legais para exercício da atividade no Município.

Parágrafo único - Serão pessoalmente responsáveis pelos danos causados à empresa, ao Município ou a terceiros, os que dolosamente prestarem informações falsas ou sem observância das Legislações Federal, Estadual ou Municipal pertinentes.

Art. 13 - O trâmite simplificado será realizado nos sistemas referidos no § 1º do artigo 4º desta Lei.

§ 1º - As informações prestadas pelo requerente serão confrontadas com as bases de dados municipais e com os cadastros compartilhados na forma dos artigos 4º e 5º desta lei.

§ 2º - Para implantação do trâmite simplificado, o Poder Executivo poderá autorizar a obtenção de dados, documentos e comprovações, em meio digital, diretamente dos sistemas de cadastro e registro mantidos por órgãos estaduais e federais envolvidos nos processos de legalização de empresários e pessoas jurídicas.

§ 3º - O trâmite simplificado poderá ser realizado a partir de informações coletadas nos sistemas do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Seção V

Do Alvará de Estabelecimento

Art. 14 - O funcionamento e a localização de empresas no Município serão autorizados mediante expedição do Alvará de Estabelecimento, emitido segundo as normas municipais vigentes, em especial o Decreto Municipal nº 2.297/18 de 18 de julho de 2018 e disposições, e o disposto especificamente nesta lei.

§ 1º - A concessão do Alvará dependerá da prévia aprovação da consulta de viabilidade de que trata o artigo 10 desta lei.

§ 2º - A inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, de que trata o § 3º do artigo 4º desta Lei, fará parte do alvará que autorizar o funcionamento do estabelecimento.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 18

§ 3º - Os dados e as declarações cadastradas no sistema de emissão do Alvará de Estabelecimento serão adotados para licenciamentos sanitário e ambiental, concessão de autorizações de publicidade e demais registros municipais exigidos para legalização de empresários e pessoas jurídicas.

Art. 15 - Terão direito ao trâmite simplificado referido no artigo 11 desta lei para a obtenção do Alvará de Estabelecimento os empresários e pessoas jurídicas que desenvolverem atividades econômicas consideradas de baixo risco.

§ 1º - O alvará será indeferido se os dados cadastrados revelarem, ainda que indiretamente, qualquer incongruência nas informações prestadas pelo requerente.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, o requerente poderá corrigir a irregularidade ou recorrer da decisão, sob pena de ser impedido de exercer a atividade no Município.

§ 3º - O Alvará referido no **caput** autorizará a utilização de documentos fiscais, quando necessários ao desenvolvimento das atividades de empresários e pessoas jurídicas.

§ 4º - O Alvará referido no **caput** não será emitido para caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

Art. 16 - O Alvará de Estabelecimento será obtido em procedimento realizado em plataforma virtual On-Line.

Parágrafo Único – O procedimento referido no **caput** e as especificações da plataforma virtual On-Line municipal estão definidos no Decreto Municipal nº 2.297/18 de 18 de julho de 2018.

Art. 17 - O Alvará será cassado se:

- I. No estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;
- II. Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento;
- III. Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;
- IV. O funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos ou puser em risco por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;
- V. Não forem cumpridas quaisquer exigências da Administração Pública.

Parágrafo único - O Alvará de Estabelecimento emitido em trâmite simplificado na hipótese do Art. 15 será declarado nulo se:

- I. Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
- II. Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado;
- III. Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais.

Art. 18 - Será autorizado o funcionamento de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, produtores rurais pessoas físicas e agricultores familiares, que desenvolverem atividades consideradas de baixo risco, em estabelecimentos localizados:

- I. Em área ou edificação desprovida de regulação fundiária ou imobiliária, se a atividade não causar prejuízos, perturbação ou riscos à vizinhança;
- II. Na residência do respectivo titular ou sócio, inclusive em imóveis sem habite-se, se o exercício da atividade não gerar grande aglomeração de pessoas ou representar riscos ou danos à vizinhança.

§ 1º - Na hipótese deste artigo:

- I. Serão vedadas a reclassificação do imóvel residencial para comercial e a majoração da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- II. Será dispensada a comprovação de regularidade quanto à prevenção contra incêndios.

§ 2º - As empresas instaladas na forma do **caput** deste artigo não serão dispensadas de observar as normas vigentes no Município, especialmente as de proteção da saúde e do meio ambiente e de prevenção contra incêndios.

Seção VI

Da Baixa Simplificada

Art. 19 - A baixa das inscrições e licenças municipais de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas das quais participe.

§ 1º - A baixa simplificada não impedirá o lançamento ou a cobrança posterior dos tributos e respectivas penalidades, decorrentes da falta de recolhimento, ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 2º - A baixa simplificada importará responsabilidade solidária dos titulares, sócios e administradores, no período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 20 - A Administração Pública Municipal efetivará a baixa das inscrições e licenças no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação do contribuinte.

§ 1º - Ultrapassado o prazo previsto no **caput** sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa das inscrições e licenças.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 19

§ 2º - A Administração Pública Municipal poderá providenciar a baixa de ofício das licenças municipais sempre que constatar a baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

§ 3º - Na ausência do distrato social ou de documento de baixa do registro empresarial, a data em que ocorreu a baixa das atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte poderá ser comprovada mediante um dos seguintes documentos:

- I. Última nota fiscal emitida;
- II. Registro de outra empresa no mesmo local;
- III. Rescisão do contrato de locação ou comodato;
- IV. Comprovante de desligamento de serviços básicos como água, energia elétrica, telefone;
- V. Baixa no CNPJ.

Seção VII

Do Microempreendedor Individual

Art. 21 - Serão emitidas licenças para funcionamento do microempreendedor individual Município, independentemente de requerimento, se as condições para exercício das atividades estiverem de acordo com a legislação municipal.

§ 1º - O Microempreendedor Individual que exercer atividade de baixo risco será dispensado da consulta de viabilidade.

§ 2º - O disposto neste artigo será aplicado ao alvará e às demais licenças municipais.

§ 3º - Além das previstas na legislação municipal, não serão impostas restrições ao microempreendedor individual em virtude da sua natureza jurídica, no que diz respeito ao exercício de profissões ou à participação em licitações, inclusive para os que exercerem atividades no âmbito rural.

§ 4º - Para o empreendedor rural enquadrado como microempreendedor individual, prevalecerão as obrigações inerentes ao produtor rural ou ao agricultor familiar.

Art. 22 - As Secretarias Municipais afins em conjunto para examinará a viabilidade de legalização e acompanhará a inscrição e a baixa do Microempreendedor Individual – MEI a partir dos dados cadastrados nos sistemas do Comitê Gestor do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º - O Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL deverá ser notificado para cancelamento da respectiva inscrição sempre que o microempreendedor individual deixar de preencher os requisitos da legislação municipal.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Fazenda cobrará os tributos e acréscimos moratórios devidos pelo empreendedor sem inscrição confirmada que estiver operando irregularmente no Município.

CAPÍTULO III

DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

Seção I

Do ISS no SIMPLES NACIONAL

Art. 23 - O microempreendedor individual, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão optar por recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) através do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, na forma prevista na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

§ 1º - Para efeito deste artigo, serão aplicados os dispositivos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativos:

- I. À definição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual;
- II. À abrangência, à forma de opção, às vedações e às hipóteses de exclusões do SIMPLES NACIONAL;
- III. Às alíquotas, à base de cálculo, à apuração, ao recolhimento e ao repasse do ISS arrecadado;
- IV. À fiscalização e aos processos administrativo-fiscal e judiciário pertinentes;
- V. Aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, e à imposição de penalidades previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- VI. Ao parcelamento dos débitos relativos ao ISS incluído no regime de arrecadação unificada;
- VII. À restituição e à compensação de créditos do ISS incluído no regime de arrecadação unificada;
- VIII. Às declarações prestadas no sistema eletrônico de cálculo do SIMPLES NACIONAL;
- IX. À notificação eletrônica de contribuintes.

§ 1º - O regime de que trata este artigo não abrangerá as seguintes formas de incidências do ISS, em relação às quais será observado o Código Tributário Municipal:

- I. Substituição tributária ou retenção na fonte;
- II. Importação de serviços.

§ 2º - A opção de que trata o **caput** deste artigo não impedirá a fruição de incentivos fiscais relativos a tributos não abrangidos pelo SIMPLES NACIONAL.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 20

§ 3º - Da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

§ 4º - No caso de isenção ou redução do ISS, concedida por lei municipal à microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda, de recolhimento de valor fixo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido através do SIMPLES NACIONAL.

§ 5º - A empresa excluída do SIMPLES NACIONAL ficará subordinada às normas previstas no Código Tributário Municipal, a partir dos efeitos da exclusão.

Art. 24 - O ISS será recolhido através do SIMPLES NACIONAL somente enquanto a receita bruta anual da empresa optante permanecer dentro do limite máximo previsto no artigo 13-A e § 4º do artigo 19 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na redação dada pela Lei Complementar Federal 155, de 17 de outubro de 2016.

§ 1º - A partir dos efeitos decorrentes da aplicação dos dispositivos referidos no **caput** deste artigo, os contribuintes optantes pelo SIMPLES NACIONAL passarão a recolher o ISS de acordo com as normas previstas na legislação municipal.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, considerando, inclusive, as orientações emitidas pelo Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL.

Art. 25 - As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL poderão recolher o ISS em valor fixo mensal na forma da legislação municipal, observado o disposto nos §§ 18 e 19 do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º - Os escritórios de serviços contábeis optantes pelo SIMPLES NACIONAL recolherão o ISS em valores fixos, observado o disposto no § 22-A do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º - Os valores fixos mensais do ISS, devidos ao Município por empresas optantes, serão recolhidos através do SIMPLES NACIONAL.

Art. 26 - A retenção na fonte do ISS das microempresas e das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observados o art. 3º da Lei Complementar Federal 116, de 31 de julho de 2003, e os §§ 4º, 4-A e 25 do artigo 21 da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006, na redação dada pela Lei Complementar Federal 155, de 17 de outubro de 2016.

§ 1º - O Chefe do Poder Executivo poderá dispensar a retenção na fonte do ISS devido por microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, ainda que domiciliadas em outro município, exceto se os serviços forem prestados a órgãos públicos municipais.

§ 2º - Na hipótese de dispensa da retenção, o ISS devido ao Município será cobrado através do SIMPLES NACIONAL, observado o disposto no § 4º do artigo 21 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º - Não será retido o ISS se o prestador de serviços, estabelecido no Município, estiver sujeito ao recolhimento fixo mensal.

Art. 27 - O parceiro contratante dos profissionais referidos na Lei Federal 12.592, de 18 de janeiro de 2012, na redação dada pela Lei Federal 13.352, de 27 de outubro de 2016, deverá reter e recolher na fonte o ISS devido sobre os valores repassados aos contratados, relativamente à prestação de serviços realizados em parceria.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o valor repassado ao profissional parceiro não será incluído na base de cálculo do ISS devido pelo parceiro contratante.

Seção II

Do Microempreendedor Individual

Art. 28 - O microempreendedor individual recolherá o ISS em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta mensal auferida, como previsto no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficando dispensado da retenção na fonte e das condições de contribuinte substituto e de responsável.

§ 1º - O microempreendedor individual que deixar de preencher os requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá regularizar sua nova condição perante à Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º - O microempreendedor individual terá a inscrição municipal cancelada se deixar de recolher o Imposto sobre Serviços ou de prestar declarações no período de 12 (doze) meses consecutivos, independentemente de qualquer notificação.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, o Poder Executivo Municipal poderá remitir os débitos do ISS não pagos pelo microempreendedor individual.

§ 4º - O microempreendedor individual está dispensado de manter e escriturar os livros fiscais previstos na legislação tributária municipal.

Seção III

Das Obrigações Acessórias

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 21

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará as obrigações tributárias acessórias das empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, observando que:

- I. O microempreendedor individual será obrigado a emitir documento fiscal somente quando o destinatário dos serviços for inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), vedada a imposição de custos para autorizar a respectiva emissão;
- II. Não poderão ser exigidas obrigações tributárias não autorizadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, em relação ao ISS cobrado através do SIMPLES NACIONAL;
- III. O fornecimento de informações pelos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte será realizado em Portal único e gratuito com interface no Portal do Simples Nacional;
- IV. Não será exigida a transmissão de dados já contidos em documentos fiscais eletrônicos;
- V. As informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo do SIMPLES NACIONAL terão caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISS que não tiver sido recolhido.

§ 1º - Enquanto não prescritos os prazos para cobrança dos tributos, serão mantidos em boa ordem e guarda os documentos fiscais comprobatórios dos serviços tomados e prestados.

§ 2º - Fica a Administração Tributária Municipal autorizada a firmar convênios com o Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL para compartilhamento de informações fiscais dos contribuintes optantes e estabelecidos no Município, na forma do artigo 37, inciso XXII da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 30 - Quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com o procedimento, a autoridade fiscal exercerá fiscalização prioritariamente orientadora sobre o microempreendedor individual, as microempresas e empresas de pequeno porte, o produtor rural pessoa física e agricultor familiar, em relação ao cumprimento das:

- I. Normas sanitárias, ambientais e de segurança;
- II. Normas de uso e ocupação do solo, exceto no caso de ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos;
- III. Normas relativas ao lançamento de multa por descumprimento de obrigações acessórias sanitárias, ambientais, de segurança e uso e ocupação do solo.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não será aplicado ao processo administrativo-fiscal relativo a tributos.

Art. 31 - Na fiscalização orientadora, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 1º - Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

§ 2º - A dupla visita consistirá em uma primeira ação fiscal para examinar a regularidade do estabelecimento, seguida de ação posterior se for descoberta qualquer irregularidade.

Art. 32 - Constatada a irregularidade na primeira ação fiscal, será lavrado termo e concedido o prazo de 30 (trinta) dias para regularização, sem aplicação de penalidade.

§ 1º - Decorrido o prazo fixado sem a regularização exigida, será lavrado auto de infração na forma da legislação vigente.

§ 2º - Os órgãos e entidades da administração pública municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido por ocasião da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.

CAPÍTULO V
DO APOIO E REPRESENTAÇÃO

Art. 33 - O Chefe do Poder Executivo Municipal designará Agente de Desenvolvimento com as qualificações previstas no artigo 85-A, § 2º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo único - A função de Agente de Desenvolvimento será caracterizada pela articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, que visarem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 34 - A "Sala do Empreendedor" terá as seguintes finalidades:

- I. Concentrar o atendimento ao público no que se refere às ações burocráticas necessárias à abertura, regularização e baixa no Município de empresários e pessoas jurídicas, inclusive quando envolverem órgãos de outras esferas públicas;
- II. Disponibilizar todas as informações necessárias aos processos de abertura, alteração e baixa da empresa, inclusive sobre as restrições relativas ao tipo de negócio e ao local de funcionamento, bem como as exigências legais a serem cumpridas nas esferas municipal, estadual e federal;
- III. Disponibilizar mecanismos para consultas de informações pelo interessado na abertura de empresas no Município;
- IV. Alocar o agente de desenvolvimento para articular as ações públicas visando à promoção do desenvolvimento local;
- V. Disponibilizar referências ou prestar atendimento consultivo para empresários e demais interessados em informações de naturezas administrativa e mercadológica;
- VI. Disponibilizar acervos físicos e eletrônicos sobre os principais ramos de negócios instalados no Município;

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 22

- VII. Disponibilizar informações atualizadas sobre a captação de crédito pelas micro e pequenas empresas;
- VIII. Disponibilizar informações e meios necessários para facilitar o acesso das micro e pequenas locais aos processos licitatórios de compras públicas no âmbito municipal, estadual e federal;
- IX. Realizar outras atribuições relacionadas em regulamento.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico coordenará a Sala do Empreendedor.

Art. 35 - Para cumprimento do disposto nesta lei, bem como para desenvolver e acompanhar políticas voltadas aos microempreendedores individuais, às microempresas e empresas de pequeno porte, a Administração Pública Municipal deverá incentivar e apoiar:

- I. A criação de fóruns com a participação dos órgãos públicos competentes, das entidades vinculadas ao setor e representantes da sociedade civil;
- II. A participação de instituições de apoio ou representação em conselhos e grupos técnicos;
- III. A realização de feiras voltadas para a participação de empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;
- IV. O apoio à participação de empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte em missões comerciais, rodadas de negócios, exposições e venda de produtos locais em outras regiões;
- V. A realização de pesquisas e estudos para identificar o potencial de exportação de produtos e serviços fornecidos por empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte locais.

Art. 36 – Fica criado o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas caberá:

- I. Propor, ao Chefe do Executivo Municipal, medidas para aplicação desta Lei;
- II. Gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas decorrentes dos capítulos desta Lei;
- III. Coordenar as parcerias necessárias à implantação dos subcomitês técnicos e dos trabalhos originados das demandas da Sala do Empreendedor, quando couber.

Art. 37 - O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas terá no regulamento de constituição o quantitativo de membros, com direito a voto, representantes dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, como:

- I- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- II- Câmara Municipal de Vereadores;
- III- Associação Comercial e Industrial;
- IV- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º - As decisões e deliberações do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.

§ 3º - A participação no Comitê não será remunerada, mas considerada relevante serviço prestado à comunidade.

§ 4º - A estrutura do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, bem como as suas normas de funcionamento serão definidas em Regimento Interno.

CAPÍTULO VI **DO ACESSO AOS MERCADOS**

Seção I

Do Tratamento Diferenciado

Art. 38 - Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, com objetivos de:

- I. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
- II. Ampliar a eficiência das políticas públicas;
- III. Incentivar a inovação tecnológica;
- IV. Fomentar o desenvolvimento local, por meio do apoio aos arranjos produtivos locais.

§ 1º - O disposto neste artigo será observado pelos:

- I. Órgãos da administração pública municipal direta;
- II. Órgãos Integrantes do Poder Legislativo Municipal;
- III. Fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º - O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de que trata o **caput** deste artigo será estendido, no que couber, aos produtores rurais pessoa física, agricultores familiares e cooperativas de consumo de que trata o § 2º do artigo 1º desta lei.

§ 3º - Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 23

§ 4º - Para usufruir dos direitos previstos neste capítulo, o microempreendedor individual deverá comprovar a sua condição por meio da apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível no Portal do Empreendedor: www.portaldoempreendedor.gov.br.

§ 5º - A preferência e as condições diferenciadas para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão constar dos editais, sob pena de responsabilidade do agente público responsável pela aprovação do instrumento convocatório.

§ 6º - Compete aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo regulamentar, no que couber, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de que trata esta Lei.

§ 7º - As instituições privadas que receberem recursos de convênios ou similares, deverão envidar esforços para implementar e comprovar o atendimento desses objetivos nas respectivas prestações de contas.

Art. 39 - Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a Administração Pública Municipal deverá:

- I. Padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte sobre a adequação dos seus processos produtivos, em conformidade com o departamento e/ou coordenação de compras, patrimônio e informática;
- II. Utilizar, na definição do objeto da contratação, especificações que não restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município;
- III. Elaborar editais de licitação por itens, grupos ou lotes quando se tratar de bem divisível, permitindo mais de um vencedor para uma licitação;
- IV. Instituir cadastro próprio integrado ou aderir Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito da Comissão Permanente de Licitação e Departamento de Compras, de acesso livre, ou adequar os cadastros de empresas fornecedoras existentes, de forma a identificar as empresas sediadas no Município, com as respectivas linhas de fornecimento, possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;
- V. Capacitar periodicamente os membros das Comissões de Licitação da Administração Municipal, pregoeiros, equipe de apoio, assessores jurídicos e técnicos, procuradores, controladores e auditores para aplicação desta Lei;
- VI. Fixar meta mínima anual de 30% de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras e licitações do Município e instituir ferramenta para monitoramento e divulgação de resultados, junto ao Portal de Transparência do Município;
- VII. Disponibilizar, por meio da Comissão Permanente de Licitação presencialmente e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e na Sala do Empreendedor, informações sobre as regras para participação, as condições de pagamento e os objetivos legais das licitações;
- VIII. Promover a centralização interna das informações sobre fornecedores;
- IX. Promover a conexão do cadastro da Fazenda Municipal com o de fornecedores do município;
- X. Estabelecer e divulgar o Plano Estimado de Compras Municipais para os Pequenos Negócios – PECOMPE, contendo, no mínimo:
 - a) Órgão requisitante;
 - b) Objeto(s) a ser(em) adquirido(s) ou contratado(s);
 - c) Modalidade de licitação;
 - d) Tipo de licitação;
 - e) Valor global estimado;
 - f) Benefício(s) aplicável(eis) às microempresas e empresas de pequeno porte;
 - g) Previsão de data para a realização da licitação;
 - h) Fonte de Recurso.

§ 1º - O PECOMPE será elaborado duas vezes ao ano:

- I. Entre janeiro a maio, para previsão das contratações para o segundo semestre do ano corrente, devendo a publicação do extrato do PECOMPE ser realizada até o dia 15 de junho de cada ano;
- II. Entre julho a novembro, para previsão das contratações para o primeiro semestre do ano subsequente, devendo a publicação do extrato do PECOMPE ser realizada até o dia 15 de dezembro do ano corrente.

§ 2º - Fica autorizada, quando necessário, a atualização dos dados ou retificação das informações do PECOMPE.

§ 3º - O PECOMPE será divulgado de forma sistemática e simultânea, nos seguintes meios de comunicação:

- I. Diário Oficial do Município;
- II. Site Oficial da Prefeitura;
- III. Sala ou Casa do Empreendedor;
- IV. Associação ou Sindicato empresarial.

§ 4º - Fica autorizada a formação de parcerias com a sociedade civil organizada para a adoção de outras formas de divulgação.

§ 5º - Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a Administração Municipal deverá utilizar, preferencialmente, a modalidade pregão presencial.

Seção II

Da Simplificação Documental

Art. 40 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, apresentarão toda a documentação exigida, inclusive para comprovação das regularidades fiscal e trabalhista.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 24

§ 1º - Havendo alguma restrição na comprovação das regularidades fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito ou emissão de eventuais certidões com efeitos negativos.

§ 2º - O prazo para regularização fiscal e trabalhista:

- I. Será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a modalidade pregão, ou do julgamento das propostas, nas demais modalidades previstas na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II. Será prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e a critério da Administração Pública Municipal, exceto se houver urgência para a contratação ou insuficiência de prazo para emissão da nota de empenho, devidamente justificativo.

§ 3º - A não regularização da documentação, nos prazos previstos nos § § 1º e 2º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 4º - Do instrumento convocatório constará que a abertura da fase recursal, em relação ao resultado do certame, ocorrerá após os prazos da regularização de que tratam os § § 1º e 2º deste artigo.

Art. 41 - Fica criado no âmbito das licitações efetuadas pelo Município, o Certificado de Registro Cadastral emitido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previamente registradas para efeito das licitações.

Parágrafo único – O certificado referido no **caput** deste artigo comprovará a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação técnica e econômico-financeira da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Seção III
Do Empate Ficto

Art. 42 - Como critério de desempate nas licitações municipais de menor preço, será assegurada a preferência para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º - Ocorrerá empate quando os valores das propostas, apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

§ 2º - Na modalidade de pregão, o limite estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) em relação ao menor preço.

§ 3º - O critério de empate ficto somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não for apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 43 - Para efeito do disposto no art. 51 desta Lei, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- I. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta com preço inferior à considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II. Se não ocorrer a contratação, serão convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese dos § § 1º e 2º do artigo 51 desta lei, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. Se forem equivalentes os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo estabelecido no § 1º do artigo 51 desta Lei, será realizado sorteio para identificação da primeira a oferecer a melhor oferta.

§ 1º - Não será aplicado o disposto no inciso III deste artigo quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 2º - Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido pelo resultado da ponderação entre a técnica e os preços das propostas, facultada a apresentação de proposta com preço inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada.

§ 3º - Se houver propostas beneficiadas com margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado, exclusivamente, entre as propostas que fizerem jus a essas margens.

§ 4º - Não havendo a contratação nos termos deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Art. 44 - No caso de pregão, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, por item em situação de empate, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de decadência desse direito.

Parágrafo único - Nas demais modalidades, o instrumento convocatório determinará o prazo para apresentação de nova proposta, sendo estabelecido 01 (um) dia útil após a notificação do interessado como prazo mínimo a ser concedido.

Seção IV
Da Subcontratação

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 25

Art. 45 - Para a prestação de serviços ou a realização de obras, as entidades contratantes poderão exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte como obrigação da contratada.

§ 1º - Os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderão ser destinados diretamente às microempresas e às empresas de pequeno porte subcontratadas, devendo tal possibilidade, quando adotada, ser prevista no instrumento convocatório da licitação.

§ 2º - Na hipótese do § 1º deste artigo, o contrato com a licitante indicará as subcontratadas, as parcelas e os valores a elas destinados e a responsabilidade solidária da contratada.

Art. 46 - Nas subcontratações, constará do instrumento convocatório:

- I. Os percentuais mínimo e máximo da subcontratação, vedada a sub-rogação, completa ou parcial;
- II. A obrigatoriedade de indicação e qualificação das subcontratadas, inclusive com a descrição dos bens e serviços e seus respectivos valores;
- III. A obrigatoriedade de apresentação da documentação de regularidade fiscal e trabalhista das subcontratadas, no momento da habilitação, observados os prazos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 49 desta lei, e ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;
- IV. A obrigação da empresa contratada, na hipótese de:
 - a) Extinção da subcontratação, de substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantido o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, mediante notificação ao órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão e sem prejuízo das sanções cabíveis;
 - b) Inviabilidade da substituição, de assumir a responsabilidade pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- V. A obrigatoriedade de a empresa contratada responsabilizar-se pela padronização, compatibilidade, qualidade e pelo gerenciamento centralizado da subcontratação.

§ 1º - Na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, não havendo a tempestiva regularização, será permitida a substituição da microempresa ou empresa de pequeno porte inicialmente indicada, desde que observados os prazos e as condições fixados no instrumento convocatório.

§ 2º - Do instrumento convocatório também constará a inaplicabilidade da exigência de subcontratação quando o licitante for:

- I. Microempresa ou empresa de pequeno porte;
- II. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- III. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Art. 47 - Será vedada a subcontratação:

- I. Das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;
- II. Para fornecimento de bens, exceto quando vinculado à prestação de serviços acessórios;
- III. De empresa com titular ou sócio em comum com a empresa que seja também participante do mesmo certame;
- IV. De empresas específicas;
- V. De itens ou parcelas determinadas.

Seção V

Da Exclusividade e Da Reserva de Cotas

Art. 48 - Nas contratações de itens ou lotes com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração Pública Municipal realizará processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas ou empresas de pequeno porte.

Parágrafo único – Não havendo interessados na licitação realizada nos termos do **caput** deste artigo ou se restar fracassada a aplicação do art. 48, § 3º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, o procedimento licitatório será refeito, permitindo-se a participação de empresas de maior porte.

Art. 49 - Os órgãos e entidades contratantes realizarão processo em que haja a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens de natureza divisível.

Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, serão observados os seguintes critérios:

- I. Não haver prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto licitado;
- II. Não ser impedida a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte para a totalidade do objeto;
- III. Ser admitida a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado;
- IV. O instrumento convocatório prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes que praticarem o preço do primeiro colocado da cota principal;
- V. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas ocorrerá pelo menor preço;
- VI. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou para entrega parcelada, o instrumento convocatório deve prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, exceto se a cota reservada for, justificadamente, inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido;
- VII. Não ser aplicada a reserva de cota para itens ou lotes com valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 26

Seção VI

Da Prioridade de Contratação a Empresas Locais e Regionais

Art. 50 - Os benefícios previstos nos arts. 47 a 58 desta Lei poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

§ 1º – Para efeitos deste Lei, considera-se:

- I. Âmbito local – os limites geográficos do Município de QUEIMADOS, onde será executado o objeto da contratação;
- II. Âmbito regional – os limites geográficos com o Município de QUEIMADOS, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º - O edital de licitação poderá estipular outros critérios para a definição de âmbito local e regional, desde que devidamente fundamentado.

§ 3º - Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos:

- I. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- II. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação prevista no § 3º, obedecendo a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. No caso de equivalência dos valores apresentados por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- IV. Nas licitações a que se refere o art. 58, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;
- V. Nas licitações a que se refere o art. 54, a prioridade de contratação prevista neste artigo somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;
- VI. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com as legislações que versam sobre a aplicação das margens de preferência, observado o limite de vinte e cinco por cento estabelecido pelo art. 3º, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- VII. A aplicação do benefício previsto neste artigo e do percentual da prioridade adotado, limitado a dez por cento, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Seção VII

Do Prazo Diferenciado para Pagamento

Art. 51 - Os pagamentos serão efetuados obedecendo a disponibilidade financeira do Tesouro Municipal, nos seguintes prazos máximos, contados a partir da data em que a Nota Fiscal foi atestada pela Secretaria competente:

- I. Em até 8 (oito) dias úteis, desde que:
 - a) o valor não ultrapasse a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
 - b) os fornecedores sejam sediados neste município;
 - c) os fornecedores sejam microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, produtores rurais, agricultores familiares ou pessoas físicas.
- II. Em até 20 (vinte) dias, desde que os fornecedores sejam sediados neste município;
- III. Em até 30 (trinta) dias, desde que os fornecedores não sejam sediados neste município.

Parágrafo único – Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, identificar de maneira escrita no processo administrativo de pagamento, a categoria do fornecedor, a fim de que seja efetuado o pagamento.

Art. 52 - Os prazos previstos no art. 60, deverão constar expressamente em todos os editais de licitação, ordens de fornecimento, autorização de serviço ou instrumento equivalente.

Seção VIII

Da Inaplicabilidade dos Benefícios

Art. 53 - Não serão aplicados os benefícios previstos nos arts. 47 a 59 desta Lei, quando:

- I- Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório;
- II- O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios;
- III- A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuadas as dispensas dos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, hipóteses em que será garantida a preferência de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 27

CAPITULO VII DO ASSOCIATIVISMO

Art. 54 - As ações de apoio ao associativismo fomentarão a competitividade e a produtividade de produtores rurais, agricultores familiares, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, bem como apoiarão a sua inserção em novos mercados internos e externos, por meio de ganhos de escala, redução de custos, gestão estratégica, capacitação e acesso ao crédito e a novas tecnologias.

Art. 55 - Fará parte do programa de apoio ao associativismo:

- I. A criação de instrumentos específicos para estimular a exportação de produtos ou serviços originários do Município;
- II. A cessão de espaços públicos para associações de pequenos empreendedores;
- III. O estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade visando à inclusão da população do Município no mercado produtivo;
- IV. O fomento às Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento das atividades de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores e agricultores familiares.

Parágrafo único – Para os fins do **caput** deste artigo, a Administração Pública Municipal poderá:

- I- Alocar recursos de seu orçamento;
- II- Firmar parcerias com instituições públicas e privadas estaduais, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO VIII DO ESTÍMULO AO CRÉDITO

Art. 56 - O Comitê Gestor Municipal das Micros e Pequenas Empresas fica autorizado a criar Grupo Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro ou por cooperativas de crédito com o objetivo de orientar os empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte do Município.

§ 1º - Por meio do Comitê mencionado neste artigo, a Administração Pública Municipal disponibilizará informações sobre as condições e disponibilidades de linhas de crédito menos onerosas e com menor burocracia existentes no mercado, bem como sobre as destinadas a estimular a inovação e o desenvolvimento de tecnologias em empresas de micro ou pequeno porte.

§ 2º - A participação no Grupo Estratégico mencionado no **caput** deste artigo não será remunerada.

CAPÍTULO IX DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 57 - O Poder Executivo Municipal manterá programas de estímulo ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores por produtores rurais, agricultores familiares, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive por meio de parcerias com incubadoras de empresas.

Parágrafo único – Para os fins da presente lei, seguir-se-ão os conceitos de Inovação, Agência de Fomento, Instituição Científica e Tecnológica, Núcleo de Inovação Tecnológica, Instituição de Apoio, Incubadora de Empresas, Parque Tecnológico, Condomínios Empresariais, Zona Industrial e Arranjo Produtivo Local estabelecidos pelo Art. 2º da Lei Federal nº 10.973 de 2 de Dezembro de 2014.

Art. 58 - Os programas de inovação executados pelo Poder Executivo Municipal deverão:

- I. Garantir e divulgar as condições de acesso diferenciadas, favorecidas e simplificadas para produtores rurais, agricultores familiares, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;
- II. Fixar, expressamente, o montante disponível e as condições de acesso nos respectivos orçamentos, com ampla divulgação.

Parágrafo único - Para consecução dos objetivos deste artigo, o Poder Executivo Municipal poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação.

Art. 59 - O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas para criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município, para apoiar o desenvolvimento de produtos e processos de inovação tecnológica pelos empreendedores, produtores e pessoas jurídicas referidos no artigo 1º desta lei.

Parágrafo único - O Poder Público Municipal indicará a Secretaria Municipal responsável por:

- I. Zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações facilitadoras e avaliadoras das atividades e do funcionamento;
- II. Fiscalizar o cumprimento de acordos celebrados com o Poder Público.

Art. 60 - O Poder Público Municipal poderá instituir o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica – FMIT, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica no município e de incentivar as empresas nele instaladas a realizar investimentos em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação.

§ 1º - Os recursos que compõem o FMIT serão utilizados no financiamento de projetos que contribuam para expandir e consolidar centros empresariais de pesquisa e desenvolvimento e elevar o nível de competitividade das empresas inscritas no município, pela inovação tecnológica de processos e produtos.

§ 2º - Não será permitida a utilização dos recursos do FMIT para custear despesas correntes de responsabilidade da Prefeitura Municipal, ou de qualquer outra instituição, exceto quando previstas em projetos ou programas de trabalho de duração previamente estabelecida.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 28

§ 3º - Constituem receita do FMIT:

- I. dotações consignáveis no orçamento geral do município;
- II. recursos dos encargos cobrados das empresas beneficiárias do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Município;
- III. recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos ou instituições de natureza pública, inclusive agências de fomento;
- IV. convênios, contratos e doações realizados por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- V. doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do país ou do exterior;
- VI. retorno de operações de crédito, encargos e amortizações, concedidos com recursos do FMIT;
- VII. recursos de empréstimos realizados com destinação para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- VIII. recursos oriundos de heranças não reclamadas;
- IX. rendimentos de aplicação financeira dos seus recursos;
- X. outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 61 - A regulamentação das condições de acesso aos recursos do FMIT e as normas que regerão a sua operação, serão definidas em ato do Poder Executivo Municipal, a ser encaminhada até 60 dias úteis após a sua instalação.

Parágrafo único - Fica a gestão do FMIT sob a responsabilidade compartilhada do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e do órgão municipal responsável pela política de Ciência e Tecnologia.

Art. 62 - O FMIT poderá conceder recursos financeiros através das seguintes modalidades de apoio:

- I. bolsas de estudo para estudantes graduados;
- II. bolsas de iniciação técnico-científica, para alunos do Ensino Médio e universitários;
- III. auxílios para elaboração de teses, monografias e dissertações, para graduandos e pós-graduandos;
- IV. auxílio à pesquisa e estudos, para pessoas físicas e jurídicas;
- V. auxílio à realização de eventos técnicos, encontros, seminários, feiras, exposição e cursos organizados por instituições e entidades;
- VI. auxílio para obras e instalações-projetos de aparelhamento de laboratório e construção de infraestrutura técnico-científica, de propriedade do município;
- VII. financiamento de itens imobilizados que promovam a inovação tecnológica do empreendedor individual, da microempresa e pequena empresa.

Art. 63 - Somente poderão ser apoiadas com recursos do FMIT os projetos que apresentem mérito técnico compatível com a sua finalidade, natureza e expressão econômica.

Art. 64 - Sempre que se fizer necessária, a avaliação do mérito técnico dos projetos, bem como da capacitação profissional dos proponentes, será procedida por pessoas de comprovada experiência no respectivo campo de atuação.

Art. 65 - Os recursos do FMIT serão concedidos às pessoas físicas e/ou jurídicas que submeterem ao município projetos portadores de mérito técnico, de interesse para o desenvolvimento da municipalidade, mediante contratos ou convênios, nos quais estarão fixados os objetivos do projeto, o cronograma físico-financeiro, as condições de prestação de contas, as responsabilidades das partes e as penalidades contratuais, obedecidas as prioridades que vierem a ser estabelecidas pela Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 66 - A concessão de recursos do FMIT poderá se dar das seguintes formas:

- I. apoio financeiro reembolsável;
- II. financiamento de risco;
- III. participação societária.

Art. 67 - Os beneficiários de recursos previstos nesta Lei Complementar farão constar o apoio recebido do FMIT quando da divulgação dos projetos e atividades e de seus respectivos resultados, mencionando a seguinte frase: Projeto desenvolvido com recursos do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica da Prefeitura de QUEIMADOS.

Art. 68 - Os recursos arrecadados pelo município, gerados por aplicação do FMIT, a qualquer título, serão integralmente revertidos em favor deste fundo.

Art. 69 - Somente poderão receber recursos aqueles proponentes que estejam em situação regular frente ao município, aí incluídos o pagamento de impostos devidos e a prestação de contas relativas a projetos de ciência e tecnologia, já provados e executados com recursos do Poder Executivo Municipal.

Art. 70 - O Poder Público Municipal indica o Secretário Municipal Desenvolvimento Econômico e do órgão municipal responsável pela política de Ciência e Tecnologia como responsáveis pelo acompanhamento das atividades que vierem a ser desenvolvidas no âmbito do FMIT, zelando pela eficiência e economicidade no emprego dos recursos e fiscalizando o cumprimento de acordos que venham a ser celebrados.

Art. 71 - O Poder Público Municipal divulgará anualmente a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e à capacitação tecnológica que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no município.

Art. 72 - O Poder Público Municipal oferecerá, por si ou em conjunto com entidade designada pelo Poder Público Municipal, serviço de esclarecimento e orientação sobre a operacionalização dos projetos referidos no art. 81.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 29

Parágrafo único - Os serviços de esclarecimento e orientação referidos no **caput** deste artigo compreendem: a divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas e empresas de pequeno porte; a orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, as exigências neles contidas e respectivas formas de atendê-las; apoio no preenchimento de documentos e elaboração de projetos; recebimento de editais e encaminhamento deles as entidades representativas de micro e pequenos negócios; promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e forma de operacionalização.

Art. 73 - O Poder Público Municipal poderá criar a Comissão Permanente de Tecnologia e Inovação do Município, com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Município, o acompanhamento dos programas de tecnologia do Município e a proposição de ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse do Município e vinculadas ao apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte.

Parágrafo único - A Comissão referida no **caput** deste artigo será constituída por representantes, titulares e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, agências de fomento e instituições de apoio, associações de microempresas e empresas de pequeno porte e de Secretaria Municipal que a Prefeitura vier a indicar.

Art. 74 - O Poder Público Municipal poderá criar programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no **caput** deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

CAPÍTULO X DO ACESSO À JUSTIÇA

Art. 75 - O Município realizará parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e outras instituições semelhantes, visando a aplicação do disposto no artigo 71 e 75-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º - O Município celebrará parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimular a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 2º - O estímulo a que se refere o **caput** deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 3º - O Município poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial que funcionará na Sala do Empreendedor.

CAPÍTULO XI DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Art. 76 - Fica a Administração Municipal autorizada a promover parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos que tenham por objetivo valorizar o papel do empreendedor, disseminar a cultura empreendedora e despertar vocações empresariais.

§ 1º - Estão compreendidos no âmbito do **caput** deste artigo:

- I. Ações de caráter curricular ou extracurricular, situadas na esfera do sistema de educação formal e voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas ou a alunos de nível médio ou superior de ensino;
- II. Ações educativas que se realizem fora do sistema de educação formal.

§ 2º Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação, concessão de bolsas de estudo, complementação de ensino básico público e particular, ações de capacitação de professores e outras ações que a Administração Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

§ 3º - Na escolha do objeto das parcerias referidas neste artigo terão prioridade projetos:

- I. De natureza profissionalizante;
- II. Que visarem ao benefício de portadores de necessidades especiais, idosos ou jovens carentes;
- III. Orientados para identificação e promoção de ações compatíveis com as necessidades, potencialidades e vocações do Município.

Art. 77 - Fica a Administração Municipal autorizada a promover parcerias com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com o objetivo de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção.

Parágrafo único - Compreendem-se no âmbito deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e particular e ações de capacitação de professores.

Art. 78 - A Administração Municipal poderá instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial o acesso

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 566 – Segunda - feira, 13 de Maio de 2019 - Ano 03 - Página 30

à Internet.

Parágrafo único – Estarão compreendidos no âmbito do programa referido no **caput** deste artigo:

- I. A abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet;
- II. O fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;
- III. A produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas;
- IV. A divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;
- V. O fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação;
- VI. A produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

CAPÍTULO XII

DA CAPACITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Art. 79 - Todos os serviços de consultoria e instrutória contratados pela ME ou EPP e que tenham vínculo direto com seu objeto social ou com a capacitação gerencial ou dos funcionários terão a alíquota de ISS reduzidas a 2% (dois inteiros por cento).

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 80 - O “Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa”, será comemorado em 5 de outubro de cada ano.

Parágrafo único - Neste dia, será realizada audiência pública, amplamente divulgada, para ouvir lideranças empresariais e debater propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação.

Art. 81 - O texto consolidado desta lei e os respectivos regulamentos serão mantidos na página eletrônica da Prefeitura, para consulta por qualquer interessado.

Art. 82 - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em parceria com outras entidades públicas ou privadas, fará ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por esta Lei, especialmente visando à formalização dos empreendimentos informais, junto às comunidades, entidades e contabilistas.

Art. 83 - A Administração Pública Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, como forma de estimular a criação de novas micro e pequenas empresas no Município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 84 - Fica o Chefe do Poder Executivo e demais autoridades competentes, expressamente autorizadas a baixar normas para o fiel cumprimento desta Lei

Art. 85 - Ficam revogadas a Lei Complementar Municipal nº 038 de 14 de maio de 2009 e demais disposições em contrário.

Art. 86 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Queimados, 13 de Maio de 2019.


Milton Campos Antônio
Presidente